



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA ao RECURSO e CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: 7593/2024

EMPRESA: SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP – denominada
RECORRENTE

Processo Licitatório: **08805/2023**

Referente ao:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

DATA DA ABERTURA: 16 de maio de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE QUÍMICOS UTILIZADOS NO HOSPITAL
MATERNIDADE SANTA THEREZINHA.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item para registro de preço, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 30/04/2024 no jornal de grande circulação (O Dia) em 01/05/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP**, denominada **RECORRENTE**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 20/05/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: “Apresentamos intenção recursal para as empresas M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP tendo em vista que as mesmas não colocaram proposta de acordo com o edital.”.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O presente recurso foi interposto pela empresa **SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP** de 22 de maio de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas classificadas seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Ração Social	Participante	Melhor Lance	ME
M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA	PARTICIPANTE 003	48,70	<input checked="" type="checkbox"/>
NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP	PARTICIPANTE 117	49,50	<input checked="" type="checkbox"/>
SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA ME	PARTICIPANTE 068	94,50	<input checked="" type="checkbox"/>
JUSSARA LOURENÇO DE OLIVEIRA MOREIRA	PARTICIPANTE 077	180,00	<input checked="" type="checkbox"/>

Ração Social	Participante	Melhor Lance	ME
--------------	--------------	--------------	----

Ração Social	Participante	Melhor Lance	ME
--------------	--------------	--------------	----

Inabilita TODOS participantes

DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A *RECORRENTE*, interpõe recurso administrativo “contra a classificação da empresa MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA para os itens 1 e 2, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas”.

Preliminarmente, a *RECORRENTE* manifesta respeito pelo trabalho do Pregoeiro, da equipe de apoio, e de todo o corpo de funcionários deste Órgão, informando que as divergências do objeto referem-se à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações, da Lei do Pregão, Decreto 10.024/2019, “não pode deixar de questionar algumas inconsistências presentes no **Pregão eletrônico Nº 03/2024**”.

Nos fatos apresentados pela *RECORRENTE*, item III do recurso, a empresa informa que objeto da licitação é o registro de preço para aquisição de químicos utilizados no Hospital, entretanto, notam-se incoerências na compatibilidade com o edital referente as propostas apresentadas pelas empresas MEC COMERCIAL e NEUZA MARLY, ressaltando que todas as propostas e documentações devem estar em conformidade com o solicitado no edital.

Continua informando a *RECORRENTE* que as empresas recorridas foram habilitadas em 1º e 2º lugar para os itens 1 e 2, e que ao analisar as documentações da licitante a respeito da habilitação, constatou-se que a proposta apresentada pelas empresas não respeita integralmente o solicitado no edital, tendo em vista que o mesmo deve constar informação do modelo apresentado. Nota-se, também, que ambas as empresas não apresentaram os documentos de comprovação de registro da Anvisa, complementando com a informação de que não há a possibilidade de análise dos produtos indicados, uma vez não foram apresentados documentos/informações que possam demonstrar as características técnicas dos produtos ofertados, e que as mesmas foram declaradas vencedoras mesmo com todos os fatos já apresentados.

Na fundamentação técnica, pertinente a proposta, apresentado pela *RECORRENTE*, item IV do recurso, a empresa informa o item 6.1 e 6.1.1 do edital, que refere-se ao preenchimento da proposta, destacando a palavra “modelo”, conforme segue:

(...)

6.1.6. Marca, Fabricante e **Modelo** (no que couber);

Na continuação da fundamentação técnica, a *RECORRENTE* informa que edital exigia uma proposta que incluísse um modelo aplicável, especialmente no caso de produtos de limpeza e, que é essencial que o produto indicado tenha um nome e modelo específico, para que seja permitido a verificação de sua composição e segurança. De acordo com a empresa somente com essas informações, é possível verificar o registro do produto na ANVISA e aprofundar o conhecimento sobre suas características, destacando que a regulamentação relevante é a RDC nº 59/2010, sendo a ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, e responsável pelo controle sanitário dos produtos no país, assegurando sua qualidade, segurança e eficácia, destacando e informando os artigos 5º, 12 e 13 da RDC informada. A empresa alega, ainda, que por se tratar de desinfetante, a RDC nº 774 de 2023, tem como principal conteúdo a legislação responsável pelo registro seu registro, além de informar a respeito dos laudos exigidos para desinfetantes hospitalares para superfícies fixas a artigos não críticos, citando o artigo 29, XX e anexo II, item 3.3 da RDC nº 774/2023, informando sobre os riscos das bactérias *Salmonella enterica subsp. enterica serovar choleraesuis*, *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas Aeruginosa* e descreve-las sobre cada uma.

Na finalização dos seus Fatos, a *RECORRENTE* informa da necessidade e obrigatoriedade do registro para os desinfetantes, solicitando a desclassificação das empresas **MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA**, tendo em vista ofertado nos itens 1 e 2.

Em sua fundamentação jurídica, item V, VI, apresentado pela *RECORRENTE*, item VI do recurso, citando o art. 5º Lei Federal nº 14.133 e destaca a importância do princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório nas licitações. Esse princípio obriga a Administração e os licitantes a seguirem rigorosamente as normas estabelecidas no Edital. Isso assegura a segurança jurídica do processo licitatório, sustentando outros princípios como a eficácia, impessoalidade e julgamento objetivo. Cita a afirmação da professora e escritora Fernanda Marinela, que diz que é fundamental para regular o processo de forma que esteja em conformidade com a Constituição e as leis específicas de licitação, informando que as empresas descumpriram tal princípio.

Continuando em sua fundamentação jurídica, item V, VII, a *RECORRENTE* traz em seu recurso, o princípio da legalidade, citando o art. 5º Lei Federal nº 14.133, que fala, também, sobre o princípio da legalidade, como um dos norteadores do processo licitatório. Destaca, ainda, que “o administrador está vinculado à determinação legal, não podendo dela se afastar”, citando, ainda, os entendimentos de Marçal Justen Filho e do saudoso Mestre Hely Lopes Meireles sobre o mesmo assunto.

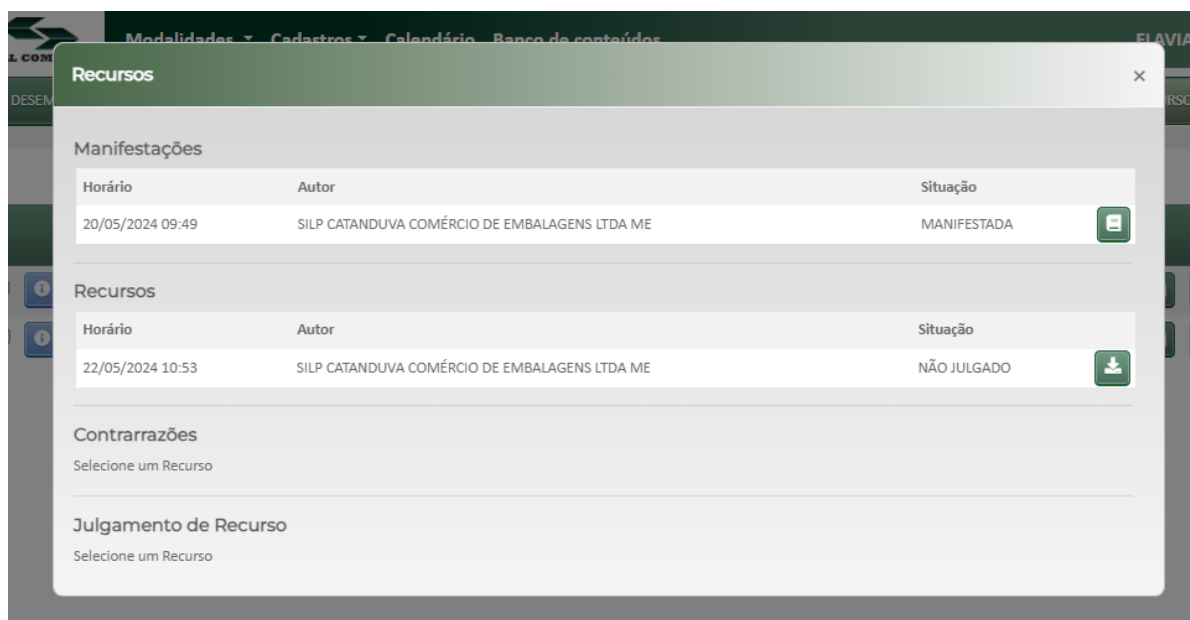
Continuando em sua fundamentação jurídica, item V, VIII, a *RECORRENTE* traz em seu recurso, o princípio da segurança jurídica, “também conhecido como princípio da confiança legítima (proteção da confiança), é um dos subprincípios básicos do Estado de Direito, fazendo parte do sistema constitucional como um todo e, portanto, trata-se de um dos mais importantes princípios gerais do Direito”. Cita a decisão do Supremo Tribunal Federal com enfoque neste princípio. (STF - AgR ARE: 861595 MT - MATO GROSSO 0099931-76.2012.8.11.0000, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 27/04/2018, Primeira Turma)”.

Finalizando suas argumentações a RECORRENTE informa que as empresas MEC COMERCIAL e NEUZA MARLY descumpriram o princípio ao apresentarem propostas sem modelo para os itens 1 e 2, o que impediu a verificação dos produtos conforme a RDC nº 774/2023, ficando em desconformidade com a legislação. Portanto, é solicitada a desclassificação dessas empresas nos itens 1 e 2, por desrespeito ao art. 34 da Lei 14.133, devido à falta de modelos nas propostas, impossibilitando sua análise, e faz seus pedidos, conforme item VI:

“Isto posto, vem por meio deste, requerer, que seja julgado como **PROCEDENTE** o referido recurso, para que assim, seja reavaliada a classificação das empresas MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA como arrematantes dos itens 1 e 2 e consequentemente desclassificar a recorrida, por não ter cumprido com os descritivos exigidos no edital, razão pela qual devem ser desabonadas.

DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Na realização do Pregão, **NÃO** houveram contrarrazões apresentadas pelas empresas classificadas, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.



DO MÉRITO:

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão (não houve) ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após todo o exposto na interposição deste recurso e do contrarrecurso, esta Pregoeira diante dos itens reclamados pela RECORRENTE, informa o artigo 59, da Lei nº 14.133.2021, que diz:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

(...)

Informa, também, o item 5 do edital:

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **OBRIGATORIAMENTE** e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, a inserção no campo "OUTROS DOCUMENTOS" de manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa ou traduzidos do fabricante do produto. (SE FOR O CASO, QUANDO SOLICITADO NO ITEM 9).

Informa, ainda, as propostas das empresas reclamadas pelo RECORRENTE:


- Proposta da empresa **MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA**, nos itens 1 e 2:



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA
MODELO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VL UNIT	VL TOTAL
1	Desinfetante a base de quaternário de amônio 5ª geração na concentração mínima de 1:100. galão de 5.000 ml. embalagem devidamente rotulada com especificação do conteúdo e do fabricante, contendo registro da ANVISA. validade mínima de 18 meses	QUIMICOTECH	GALAO	120	R\$ 336,00	R\$ 40.320,00
2	Desinfetante a base de quaternário de amônio 5ª geração na concentração mínima de 1:50 galão de 5000 ml. Embalagem devidamente rotulada com especificação do conteúdo e do fabricante, contendo registro da ANVISA. validade mínima de 18 meses	QUIMICOTECH	GALAO	120	R\$ 115,00	R\$ 13.800,00

- Proposta da empresa **NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA**, nos itens 1 e 2:

		<p>Página 1 de 1.</p> <p>NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP CNPJ: 13.094.173/0001-68 INSC. 79.274.895</p>				
<p>À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ / COMISSÃO DE LICITAÇÕES</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024</p> <p>Processo Administrativo nº 8805/2023</p>						
<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE QUÍMICOS UTILIZADOS NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THEREZINHA. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.</p>						
<p>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE:</p> <p>Emp: NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI EPP</p> <p>End: RUA ARMANDO CHAVES MONTEIRO Nº 105 / CARMO / RJ</p> <p>Email: SJADISTRIBUIDORA@GMAIL.COM</p>						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	MARCA	Valor Proposto	Valor Total
01	Desinfetante a base de quaternário de amônio 5ª geração na concentração mínima de 1:100. galão de 5.000 ml. Embalagem devidamente rotulada com especificação do conteúdo e do fabricante, contendo registro da ANVISA. validade mínima de 18 meses.	GALÃO	120	QUATER QUIMICO TECH	R\$ 337,85	R\$ 40.542,00
02	Desinfetante a base de quaternário de amônio 5ª geração na concentração mínima de 1:50 galão de 5000 ml. Embalagem devidamente rotulada com especificação do conteúdo e do fabricante, contendo registro da ANVISA. validade mínima de 18 meses.	GALÃO	120	QUATER QUIMICO TECH	R\$ 118,67	R\$ 14.240,40

Informa que no quesito “DESCRIÇÃO” as propostas acima guardam paridade com o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, e de acordo com o informado o item 5.1 do edital.

Informa o item 9, da HABILITAÇÃO, especialmente o 9.15, conforme abaixo:

OBS.: A empresa vencedora deverá apresentar no momento da entrega do(s) material(s), as seguintes documentações:

A. A licitante deverá apresentar Registro Sanitário, durante entrega do(s) produto(s), prova de registro do material emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou cópia da publicação do Diário Oficial da União.

B. As Embalagens – o material deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência

ao produto, unidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

OBS. Deverá conter a indicação:

- Do fabricante e do tipo de embalagem e da quantidade de cada produto cotado, em cada embalagem;

- Do número completo do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde/ANVISA, para diligência no endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com vistas à aferição de sua regularidade, ou, se o produto for isento desse registro, informação confirmando essa isenção.

C. Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, etc.

D. Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

E. Lote – o número dos lotes deve estar especificado na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

F. Validade do material - Os materiais devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.

G. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto.

H. Na ocasião da entrega, os produtos devem apresentar validade equivalente à pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total.

Informo o Artigo 29 da RDC nº 774/202, que é condição essencial para o registro junto ao Ministério da Saúde/ANVISA.

Art. 29. Para fins de registro de produtos saneantes com ação antimicrobiana, devem ser apresentados os seguintes dados:

(...)

XX - resultado ou laudo de análise química e de eficácia microbiológica do produto, de acordo com o uso proposto;

Entretanto, para melhor análise e decisão do recurso apresentado, antes da manifestação e decisão desta Pregoeira, necessário se faz enviá-lo, primeiramente, a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde para análise e parecer e, após ao órgão requisitante, neste caso, Setor Técnico da Secretaria Municipal Saúde, para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que o parecer, manifestações e argumentações serão de suma importância para decisão desta Pregoeira.

- **DA RESPOSTA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA SAÚDE:**

Abaixo resposta da Assessoria Jurídica da Saúde:

(...)

“Diante dos esclarecimentos prestados pelo setor de abastecimento.

Opino pelo indeferimento do recurso, nos termos daqueles esclarecimentos.

A Divisão de licitações”.

(...)

- **DA RESPOSTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:**

Abaixo resposta do Setor Técnico, da Secretaria Municipal de Saúde:

“Quanto a indagação da necessidade da apresentação do modelo do item licitado (item IV.I – Da proposta de acordo com o edital) percebe-se claramente que em qualquer momento foi solicitada a obrigatoriedade da apresentação do modelo, seja no termo de referência, documento norteador do certame que originou o registro de prelos, seja no edital propriamente dito.

Registre-se que o item 6.1.1. do Edital cita:

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante além de cadastrar seus preços na plataforma no campo LOTES onde será disputado os lances, deverá TAMBÉM enviar/anexar sua proposta "física" devidamente preenchida, no sistema eletrônico no campo "documentos exigidos e anexados pelo participante", contendo em sua proposta física ao menos os seguintes campos abaixo:

6.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, *indicando, no que for aplicável*, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando foro caso. (Grifo nosso).

6.1.2. Unidade de medida, conforme Termo de Referência;

6.1.3. Quantidade do Item/Lote, conforme Termo de Referência;

6.1.4. Valor unitário contendo até duas casas decimais;

6.1.5. Valor total do item ou lote, e;

6.1.6. Marca, Fabricante e Modelo (*no que couber*);" (Grifo nosso).

Desta forma, o edital trás de forma clara o entendimento de que o modelo deverá constar apenas na proposta e está condicionado ao caso em que por necessidade de demonstração for aplicável ou que couber.

Registro que é de total responsabilidade do licitante fornecer produtos condizentes com as descrições solicitadas no edital, bem como comercializar produtos certificados pelos órgãos regulamentadores, sob pena de sanções.

Não obstante aos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, qual seja:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Vimos pelo presente informar que este setor pela terceira vez observou a solicitação de impugnação da referida empresa no que tange ao "Anexo II – Microorganismos para avaliação da atividade antimicrobiana" e novamente trazemos a luz o parecer do Ilustríssimo Sr. Farmacêutico responsável pelo Hospital Maternidade Santa Theresinha e os fatos narrados por este servidor nos processos 14418/2024 e 3511/2024, seguindo cópia parcial, respectivamente, dos eventos #11 e #04:

"A RDC nº 744/23 dispõe sobre as condições para o registro e a rotulagem de produtos saneantes com ação antimicrobiana, não cabendo a este órgão solicitar qualquer laudo de eficácia antimicrobiana, e sim do próprio fabricante apresentá-los no momento do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;"(cópia literal do trecho).

Pelos fatos expostos este setor pede o indeferimento total do pedido de impugnação em tela".

Diante de todo o exposto, faço minhas considerações:

Considerando o recurso interposto pela empresa **SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP**, denominada **RECORRENTE**;

Considerando que não houve apresentação de contrarrecurso;

Considerando que as empresas **M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA** e **NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**, apresentaram no dia da licitação os documentos: alvará, licença sanitária, publicação da ANVISA em Diário Oficial da União, balanço, atestados de capacidades técnicas, entre outros. E, que esses documentos só deveriam ser apresentados no momento da entrega dos materiais, conforme consta no item 9.15;

Considerando a informação da **RECORRENTE** que diz: "no caso em tela, o edital exigia produtos específicos com foco em assistência à saúde, conforme disposto na RDC 774/2023";

Considerando o parágrafo anterior e a informação do Setor Técnico da Secretaria de Saúde, Setor responsável pela solicitação em tela, onde informa que "A RDC nº 744/23 dispõe sobre as condições para o registro e a rotulagem de produtos saneantes com ação antimicrobiana, não cabendo a este órgão solicitar qualquer laudo de eficácia antimicrobiana, e sim do próprio fabricante apresentá-los no momento do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;"(cópia literal do trecho);

Considerando que o objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os itens serão destinados a utilização no hospital Maternidade Santa Theresinha, portanto, a empresa vencedora do presente certame será responsável pela aquisição de tais itens, devendo obedecer as legislações vigentes, no que tange as autorizações e laudos necessários. As autorizações Sanitárias são de responsabilidade da ANVISA, e o embasamento para essas aprovações constam nas RDC's.

Considerando que não deve ser esquecido que o rigorismo excessivo deve ser evitado e vão contra a finalidade do procedimento licitatório. O Tribunal de Contas da União -TCU traz em sua publicação "Licitações e Contratos – orientações e jurisprudência do TCU" (5ª edição)", extraído das páginas 238, suas manifestações sobre o caso. Vejamos:

[Enunciado] E irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado. Acórdão 2129/2021- TCU – Plenário

Considerando que nesse sentido, o TCU orienta no acórdão 357/2015-Plenário:

(...)

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, conforme dispõe o art. 12, inciso III, também prevê que, no procedimento licitatório, deve ser observado o princípio do formalismo moderado, vejamos:

Art. 12 [...]

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Considerando que as empresas *M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA (cotou a marca QUMICOTECH)* e *NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP (cotou a marca ZYMEDT)*, são responsáveis pelas marcas cotadas e declaram que os produtos ofertados atendem na íntegra as exigências deste edital;

Considerando que as empresas *M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA (cotou a marca QUMICOTECH)* e *NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP (cotou a marca ZYMEDT)*, declaram no ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA, especialmente as letras: “e”, que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21; e a letra “g” que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

Considerando que as empresas *M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA* e *NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP* terão seus produtos devolvidos, caso não atendam as especificações contidas nos itens 1 e 2;

Considerando que esta Pregoeira discorda da alegação da RECORRENTE quando diz que: “as empresas recorridas foram habilitadas em 1º e 2º lugar para os itens 1 e 2, e que ao analisar as documentações da licitante a respeito da habilitação, constatou-se que a proposta apresentada pelas empresas não respeita integralmente o solicitado no edital, tendo em vista que o mesmo deve constar informação do modelo apresentado” (...), como já informado acima referente as documentações apresentadas pelas empresas;

Considerando que esta Pregoeira entende que a empresa vencedora é responsável por todo o processo para aquisição dos itens, e, deverá, obedecer às legislações aplicáveis aos itens a serem

entregues, sendo de responsabilidade da empresa manter ao longo de toda a execução contratual suas licenças e autorizações de fornecimento, dispensando a necessidade de elencar tais documentos como habilitatórios.”

Considerando que esta mesma empresa já impugnou esta Prefeitura, pertinente a assunto idêntico “Microorganismos para avaliação da atividade antimicrobiana”, nos processos 14418/2024 e 3511/2024, conforme informado no parecer do Setor Técnico da Secretaria de Saúde;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica e do Setor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, opinando pelo indeferimento do recurso apresentado;

Considerando, por fim, o artigo 422 do Código Civil que diz: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado, dando prosseguimento no procedimento licitatório.

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP**, denominada **RECORRENTE**, para **INDEFERI-LO**, dando prosseguimento ao Pregão Eletrônico nº 003/2024, mantendo habilitada e apta a prosseguir no certame as empresas **MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA** e **NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA**. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 04 de junho de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira